

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E CATEGORIAS ANALÍTICAS DA LINGÜÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL PRINCIPLES AND ANALYTIC CATEGORIES OF USAGE-BASED FUNCTIONAL LINGUISTICS

Maria Angélica Furtado da Cunha
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Edvaldo Balduino Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

Apresentamos, neste artigo, as bases teóricas e metodológicas da Linguística Funcional Centrada no Uso, também denominada *Linguística Cognitivo-Funcional*, conforme Tomasello (1998), a qual identifica uma tendência funcionalista de estudo das línguas. Essa abordagem é resultado da união das tradições desenvolvidas pelas pesquisas de representantes da Linguística Funcional e da Linguística Cognitiva. Assume que o comportamento linguístico é reflexo de capacidades cognitivas que dizem respeito a princípios de categorização, à organização conceptual, a aspectos ligados ao processamento linguístico e, sobretudo, à experiência humana no contexto de suas atividades individuais, sociointeracionais e culturais. Além disso, caracterizamos algumas das categorias analíticas dessa vertente teórica, com apresentação de dados reais da língua em uso para melhor compreensão. São destacados, entre outros, os conceitos de iconicidade, marcação, contrastividade, categorização, prototipicidade, informatividade, perspectivação.

Palavras-chave: Linguística Funcional; categorias analíticas; aspectos teórico-metodológicos.

ABSTRACT

This paper presents the theoretical and methodological foundations of Usage-Based Functional Linguistics, a functional trend to the study of language, also known as Cognitive-Functional Linguistics, according to Tomasello (1998). This approach is the result of integrating traditions developed by researches on Functional Linguistics, on one hand, and on Cognitive Linguistics, on the other. It assumes that linguistic behavior reflects cognitive capacities linked to principles of categorization, conceptual organization, aspects related to language processing, and, over all, to human experience in the context of individual, socio-interactional and cultural activities. In addition, this paper characterizes some of the analytical categories of this theoretical trend, providing real language in use data. Among others, the concepts of iconicity, markedness, contrastiveness, categorization, prototype, information structure and perspective are highlighted.

Keywords: Functional Linguistics; analytical categories; theoretical and methodological issues.

INTRODUÇÃO

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) é uma abordagem que integra os postulados da Linguística Funcional de vertente norte-americana, representada, sobretudo, por Talmy Givón, Paul Hopper, Elizabeth Traugott e Joan Bybee, e da Linguística Cognitiva, conforme formulada por George Lakoff, Ronald Langacker, Adele Goldberg, John Taylor e William Croft, entre outros (TOMASELLO, 1998; 2003; MARTELOTTA, 2011; FURTADO DA CUNHA *et al.*, no prelo).

Essas duas correntes compartilham a concepção de que os usos linguísticos resultam de modelos convencionalizados com base na interface linguagem, cognição e ambiente sócio-histórico. A inter-relação dessas três dimensões motiva a fixação de padrões gramaticais, via ritualização, a partir de ambientes interacionais específicos. Portanto, a LFCU não se restringe à observação de aspectos formais da língua, ou da difusão das formas pela organização social, mas leva em conta, em suas análises, dados semânticos, pragmáticos e discursivos que se manifestam na língua em uso. Em linhas gerais, essa área de pesquisa defende uma relação estreita entre a codificação linguística e o uso que os falantes fazem da língua em situações reais de interação comunicativa.

Nesse cenário, a língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura plástica, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que emergem, em virtude de necessidades cognitivas e/ou comunicativas (BYBEE, 2010). Significa que, na língua, convivem, harmoniosamente, formas que, com o tempo, tendem a assumir novas funções e configurações e outras que, aparentemente, mantêm-se mais estáveis (VOTRE, 2002). Dito de outro modo, o sistema linguístico tem uma natureza eminentemente dinâmica, já que surge da adaptação das habilidades cognitivas humanas a eventos de comunicação específicos e se desenvolve com base na repetição ou ritualização desses eventos.

Dada a natureza de relativa estabilidade da estrutura linguística, a LFCU direciona seu foco de interesse na interdependência entre forma e função, buscando no texto produzido em situação real de interação subsídios que forneçam explicações para a codificação morfossintática. Ancorada na natureza adaptativo-funcional da linguagem, que se manifesta em fenômenos de variação e mudança, a LFCU descarta a hipótese de que a gramática apresenta regras fixas, que se aplicam em qualquer situação. Ao contrário, assume que os falantes tendem a adaptar sua fala aos diferentes contextos de comunicação, o que significa que as regras mais gerais são ativadas em combinação com eventos específicos de uso.

De acordo com esse campo de estudos, a gramática, ou sintaxe, está diretamente relacionada a fatos de caráter semântico e/ou discursivo-pragmático. Defende-se, pois, uma simbiose entre discurso e gramática, que interagem e se influenciam mutuamente. O discurso é aqui tomado como o uso criativo da língua em contextos de comunicação; por sua vez, a gramática é tida como uma estrutura em constante mutação e adaptação, em consequência das eventualidades do discurso. Desse modo, a análise dos dados linguísticos deve levar em conta o uso da língua em situação concreta de intercomunicação.

Estabelecido esse quadro geral, o objetivo deste artigo é explicitar, de modo sucinto, os pressupostos teórico-metodológicos bem como as categorias analíticas que caracterizam essa abordagem, a fim de possibilitar a investigação de fenômenos da língua dentro dessa perspectiva.

1. Aspectos teóricos da LFCU

Em termos amplos, a LFCU, também rotulada como Linguística Cognitivo-Funcional (TOMASELLO, 2003; MARTELOTTA, 2008; FURTADO DA CUNHA, 2012), adota, como pressupostos teóricos, a rejeição à centralidade e autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação e o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural.

Assume, ainda, que a categorização conceptual e a categorização linguística são análogas, ou seja, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003). De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e interacionais que desempenham um papel na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua. Como as línguas se assemelham muito no que diz respeito às relações gramaticais que exibem, admite-se que essas semelhanças são o resultado desses princípios cognitivos e funcionais.

A LFCU advoga que, no comportamento linguístico, atuam aspectos relacionados a restrições cognitivas que compreendem a captação de experiências, sua compreensão e seu armazenamento na memória, ao lado de aspectos associados à capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão adequada dessas informações (MARTELOTTA, 2011). Vale enfatizar, porém, que esses componentes de natureza cognitiva só se concretizam na interação discursiva, já que eles refletem o funcionamento de nossa mente como indivíduos inseridos em um ambiente sociocultural. Nesse sentido, o surgimento ou a emergência das estruturas morfossintáticas que compõem o inventário de uma língua resulta da ação simultânea de fatores de regularização e de criação/inação. A gramática, então, é constituída de possibilidades de combinação de unidades formais fixas, padronizadas ou convencionalizadas e portadoras de significado.

A linguagem é vista como engendrada por capacidades cognitivas de domínio geral, que dizem respeito aos princípios de categorização, à organização conceptual, aos fatores ligados ao processamento linguístico e,

sobretudo, à experiência humana no contexto de suas atividades individuais, sociointeracionais e culturais. Sob essa perspectiva, as categorias linguísticas são baseadas na experiência que os falantes têm das construções em que elas ocorrem, do mesmo modo que as categorias por meio das quais nós classificamos objetos da natureza e da cultura são baseadas na nossa experiência com o mundo. Por conseguinte, todos os elementos que compõem o processo que leva ao desenvolvimento de novas construções gramaticais surgem do uso da língua em contexto e envolvem habilidades e estratégias cognitivas que também são mobilizadas em tarefas não linguísticas.

Em suma, a aparente regularidade e instabilidade da língua são motivadas e modeladas pelas práticas discursivas dos usuários no cotidiano social (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007).

Essa visão nos leva ao conceito de *construções linguísticas*. Formulada no quadro da Linguística Cognitiva, a Gramática de Construções prevê que todas as unidades da língua são simbólicas – desde morfemas simples, passando por expressões idiomáticas, estruturas sintáticas (GOLDBERG, 1995, 2006), até padrões textuais (ÖSTMAN; FRIED, 2005). Logo, o conceito de construção dá conta de um grande número de unidades linguísticas, dispostas num *continuum*, de modo que a distinção entre elas é gradiente e não discreta.

A construção é definida como um pareamento de forma-sentido que têm significado próprio, independente das partes que a compõem, servindo, pois, como um esquema ou modelo que reúne o que é comum a um conjunto de elementos da mesma natureza. *Sentido*, aqui, compreende propriedades semânticas, pragmáticas e/ou discursivo-funcionais relacionadas a uma determinada configuração estrutural, ou seja, todos os aspectos convencionalizados da função da construção, incluindo as particularidades da situação descrita no enunciado, as propriedades do discurso em que este ocorre e o próprio contexto de uso (CROFT, 2001). Como se vê, o formato das construções reflete o mapeamento entre sintaxe e semântica.

Já que qualquer elemento formal associado diretamente a algum sentido é uma construção, a divisão estrita entre léxico e gramática deixa de existir para a LFCU. Goldberg (1995) esclarece que a diferença entre construções lexicais e construções sintáticas deve-se ao grau de

complexidade interna de cada uma delas.

Cabe frisar que a construção é uma entidade teórica, abstrata. Esse entendimento é compartilhado por diferentes linguistas que adotam a abordagem construcional. Assim, Bybee (2010) defende a ideia de que a maioria das construções é parcialmente esquemática, com posições vazias que podem ser preenchidas com uma categoria de itens semanticamente definidos. Por outro lado, ela salienta que as construções geralmente têm algumas partes fixas que são cruciais para o estabelecimento do exemplar prototípico.

Quando falamos, selecionamos do léxico itens lexicais e construções, que contribuem, cada um deles, com um componente de significado, e os fundimos de uma maneira que pode ser inteiramente inovadora, lexicalizada em alguma medida, ou mesmo totalmente idiomática. Adquirimos as construções através de um processo de categorização baseado em instâncias aprendidas, de modo que padrões frequentes no uso interacional da língua são estocados como parte do repertório linguístico do falante. As construções são, portanto, concebidas como esquemas cognitivos do mesmo tipo que encontramos em outras habilidades não linguísticas, ou seja, como procedimentos relativamente automatizados que se utilizam para realizar coisas comunicativamente. O falante adquire esse conhecimento à medida que aprende a usar a sua língua.

A categorização ocupa uma posição central dentre os processos envolvidos no uso efetivo da língua, tendo em vista que, para a LFCU, há um paralelismo entre a categorização conceptual e a categorização linguística, de forma que não se separa conhecimento do mundo de conhecimento linguístico. Para Bybee (2010), a estrutura linguística deriva da aplicação de processos de domínio geral, os quais não são restritos à linguagem, mas operam em diferentes áreas da cognição humana, como bem salienta Tomasello (1998). A categorização é o processo cognitivo mais básico, mais difundido, já que interage com todos os outros envolvidos no uso da linguagem – por meio dela são estabelecidas as unidades da língua, seu significado e sua forma. Categorias perceptuais de vários tipos são criadas a partir da experiência humana, independentemente da língua. No domínio linguístico, a categorização diz respeito à semelhança ou identidade que ocorre quando palavras e sintagmas e suas partes componentes são

reconhecidas e associadas a representações armazenadas. As categorias resultantes são a base do sistema linguístico, sejam fonemas, morfemas, itens lexicais, sintagmas ou construções.

A construção de conceitos relaciona-se às experiências do ser humano no ambiente biofísico e sociocultural e são esses conceitos que nos permitem caracterizar mentalmente as categorias e raciocinar sobre elas. Cada categoria é conceitualizada em termos do representante prototípico, aquele que reúne os traços recorrentes de que se compõe essa categoria. Dessa forma, a classificação dá-se por meio do elemento que exemplifica o protótipo, enquanto os outros elementos são classificados considerando as características mais próximas e as mais distantes em relação ao exemplar prototípico. Essa perspectiva não linear e não discreta permite o tratamento escalar e contínuo de aspectos gramaticais.

No tocante aos universais linguísticos, tão explorados pelas abordagens formais, a LFCU os concebe como propriedades que se manifestam na maioria das línguas, dada a universalidade dos usos da linguagem. Segundo Bybee (2010), na medida em que as condições de uso da língua são semelhantes de uma cultura para outra, a substância e a forma da gramática também serão semelhantes. Desse modo, as construções conhecidas como universais linguísticos parecem refletir universais psicológicos e socioculturais que contribuem para o entendimento da natureza do pensamento humano e da interação social (SLOBIN, 1980).

Essas propriedades universais devem ser procuradas na cognição humana, isto é, nos modos como os homens conceitualizam o mundo em termos de certas categorias, configurações espaciais e temporais, focalização de atenção, gerenciamento de informação, etc. A busca pelos universais, então, deve focalizar os processos que criam e mantêm as estruturas linguísticas, e não as próprias estruturas. A motivação para a existência de tais universais também se deve à comunicação, na medida em que os objetivos e as necessidades comunicativas dos humanos parecem ser universais, o que não descarta a possibilidade de que alguns deles sejam específicos a comunidades linguísticas particulares.

Estudos translinguísticos (GIVÓN, 1979; BYBEE *et al*, 1994) comprovam que há trajetórias universais de gramaticalização que levam ao desenvolvimento de novas construções gramaticais. Essas trajetórias

são universais porque o desenvolvimento das construções ao longo delas ocorre independentemente, em línguas não aparentadas (p. ex. a passagem de um verbo pleno a auxiliar: verbo *ir* + verbo no infinitivo = tempo futuro), ou o recrutamento de itens lexicais com o mesmo significado ou significados semelhantes para desempenhar funções gramaticais em línguas não relacionadas (p. ex. *-mente*, em português, e *-ly*, em inglês, que, sufixados a adjetivos, dão origem a advérbios).

Essas trajetórias comuns de gramaticalização podem ser explicadas em termos de processos cognitivos e comunicativos, como automatização, habituação, descontextualização, categorização, inferenciação pragmática, dentre outros. Tais processos se dão no uso comunicativo de expressões linguísticas ao longo do tempo e, portanto, têm a ver com o modo como os falantes “embalam” suas conceitualizações visando à comunicação interpessoal. Logo, os verdadeiros mecanismos que motivam a mudança refletem processos cognitivos e interacionais básicos que permeiam o uso real da língua.

2. Procedimentos metodológicos da LFCU

De acordo com os pressupostos teóricos da LFCU, as formas linguísticas são motivadas por fatores de natureza diversa – não apenas comunicativos ou sociais, mas também cognitivos, estruturais e históricos. Esses fatores, em conjunto, atuam de modo diverso nos diferentes contextos de comunicação, complementando-se em uns casos e anulando-se em outros. Isso implica a adoção de uma metodologia que leve em conta não apenas a interdependência desses fatores, mas sua atuação contextualmente diferenciada. Para descrever e explicar a gramática da língua com base no uso que dela fazem os indivíduos em suas interações verbais, a teoria linguística tem, necessariamente, que levar em conta as situações e os contextos comunicativos em que esse uso se atualiza.

Seguindo o princípio básico de que a estrutura da língua emerge à medida que esta é usada, a aferição da frequência de ocorrência de um dado fenômeno linguístico é muito importante para a LFCU, já que assinala aquilo que o uso consagra como estratégia de comunicação em um determinado contexto. Importa descobrir como os aspectos interacionais se ritualizam em forma de construções gramaticais disponíveis para o usuário da língua.

Os pesquisadores da LFCU procuram identificar e avaliar fatores de natureza cognitiva e pragmático-discursiva que regulam as manifestações do fenômeno investigado, atentos para as restrições de natureza formal que estimulam ou bloqueiam a regularização desse fenômeno. Metodologicamente, desenvolvemos uma análise que conjuga fatores qualitativos e quantitativos, que possam evidenciar tendências. O aspecto qualitativo diz respeito ao caráter descritivo e interpretativo da análise e ao enfoque indutivo baseado na observação das amostras coletadas. Já a dimensão quantitativa refere-se à natureza mensurável do material empírico tomado como amostra. Para tanto, quantificamos, em termos absolutos e percentuais, a recorrência dos fatores selecionados para a análise.

Quanto aos fatores investigados, podemos citar os efeitos da frequência de uso, a modelagem das estruturas linguísticas no contexto discursivo e as inferências pragmáticas que acompanham a língua na interação. A frequência de uso de uma determinada construção leva a seu estabelecimento no repertório do falante e faz dela uma unidade de processamento, o que implica que o falante explora recursos gramaticais disponíveis para atingir seus objetivos comunicativos. Mas é importante não esquecer que o discurso exhibe padrões recorrentes que extrapolam o que é predizível pelas regras gramaticais e a explicação para a existência desses padrões deve ser procurada no âmbito da cognição e da comunicação.

Testamos as hipóteses a respeito de aspectos sincrônicos e diacrônicos com dados de textos reais (falados e/ou escritos). Nosso propósito é descrever e explicar os fatos linguísticos com base nas funções (semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas) que desempenham nos diversos contextos de uso da língua, integrando sincronia e diacronia, numa abordagem pancrônica (BYBEE, 2010).

Interessa-nos identificar diferentes motivações funcionais e avaliar o efeito de cada uma delas na configuração concreta do fenômeno sob estudo. Com base em análise assim realizada, é possível verificar padrões recorrentes no discurso no que diz respeito ao comportamento da construção em foco.

3. Princípios e categorias de análise

Para proceder à investigação de um dado fenômeno da língua, a LFCU considera tanto aspectos internos quanto externos ao sistema

linguístico. Isso porque parte do pressuposto de que fatores cognitivos, sociocomunicativos e linguísticos motivam a organização estrutural da língua.

Na análise de fatos linguísticos, a LFCU utiliza princípios e categorias analíticas, além de levar em conta processos cognitivos subjacentes à codificação morfossintática desses fatos. Neste artigo, destacamos iconicidade, marcação, contrastividade, informatividade, perspectivação, categorização, prototipicidade, plano discursivo, saliência perceptual, projeções metafóricas e metonímicas.

3.1 Iconicidade

Em linhas gerais, *iconicidade* é definida como a correlação motivada entre forma e função, ou seja, entre o código linguístico e seu *designatum* (GIVÓN, 1984).

Os linguistas funcionais advogam o pressuposto de que a língua é organizada nos mesmos moldes que a conceitualização humana do mundo. Sendo assim, a estrutura de uma construção gramatical reflete, de algum modo, a estrutura do conceito que ela expressa (CROFT, 1990). Nessa perspectiva, existem padrões que mantêm uma correlação aproximada com o sentido que eles designam, sendo, portanto, perceptíveis os laços entre forma e função. Em contrapartida, há casos em que essa relação não é nítida, revelando-se aparentemente arbitrária e impossibilitando o estabelecimento da conexão entre o plano da expressão e o do conteúdo. Ou seja, tomadas sincronicamente, determinadas estruturas exibem um acentuado grau de opacidade em comparação com os papéis que desempenham. Isso é flagrante, sobretudo, nos marcadores conversacionais, tais como *bom, aí, entendeu?*, por exemplo.

Conforme Givón (1984), a iconicidade compreende três subprincípios, a saber: *quantidade* de informação (segundo o qual quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma linguística para codificá-la; ou quanto mais imprevisível (nova) for a informação para o interlocutor, maior será a quantidade de forma a ser utilizada e vice-versa); *proximidade* entre os constituintes (o qual preceitua que os conceitos mais integrados no plano cognitivo se apresentam com maior grau de ligação morfossintática); e *ordenação linear* (que estabelece que os constituintes se

ordenam, no tempo e no espaço, conforme pressões cognitivas). Desse modo, a iconicidade é estimulada por questões de clareza e transparência, de modo a reduzir a opacidade entre a forma linguística e seu correlato semântico e/ou pragmático.

Consideremos, a título de ilustração, o *slogan* de um serviço dos Correios, o Sedex, mostrado em (1), para melhor entendimento da atuação desses subprincípios.

(1) Sedex. Mandou, chegou.

Em (1), é possível observar uma pequena quantidade de material linguístico empregado para codificar a ideia de que o serviço de entrega de encomendas anunciado (Sedex) é muito rápido: são utilizadas apenas duas formas verbais. Quanto ao subprincípio da quantidade, isso pode explicar-se pela previsibilidade implicada: o interlocutor sabe que se trata do envio e entrega de mercadorias, dado o conhecimento acerca da principal atividade da anunciante (Correios), daí a omissão dos complementos verbais. No que se refere ao subprincípio da proximidade, pode-se entender que a maior aproximação entre as formas verbais (**mandou, chegou**) – decorrente, por exemplo, da omissão dos complementos – reflete a maior proximidade, no plano do conteúdo, entre o momento do envio por parte do remetente e o da entrega ao destinatário. Por fim, quanto ao subprincípio da ordenação linear, a disposição dos verbos no *slogan* corresponde à sequência cronológica com que se dão os eventos por eles codificados (primeiro, manda-se a encomenda; em seguida, ela é entregue).

3.2 Marcação e contrastividade

O princípio de *marcação* diz respeito “à presença vs. ausência de uma propriedade nos membros de um par contrastante de categorias linguísticas” (FURTADO DA CUNHA, 2001, p. 60). Segundo Givón (1990), existem três critérios principais que podem ser usados para distinguir uma categoria marcada de uma não marcada, num contraste binário. São eles:

- a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa – ou maior – que a não marcada correspondente;

- b) complexidade cognitiva: a estrutura marcada normalmente é mais complexa cognitivamente (em termos de atenção, esforço mental ou duração de processamento) que a correspondente não marcada;
- c) distribuição de frequência: a categoria marcada tende a ser menos frequente, portanto mais saliente cognitivamente, que a não marcada.

Pode exemplificar esses critérios a oposição entre o singular e o plural: a forma plural é mais complexa estrutural (tem um morfema a mais) e cognitivamente (implica a ideia de maior quantidade), sendo, portanto, menos frequente que o singular.

Entretanto, é preciso considerar a necessidade de se adotarem parâmetros de gradualidade na análise da marcação, evitando-se o risco de se tomarem as categorias linguísticas em termos discretos (ou binários), dado o caráter fluido e criativo da língua.

Croft (1990) já indicava a inadequação da binariedade, preferindo ver a marcação numa perspectiva escalar uma vez que determinados fenômenos não se prestam a uma análise dicotômica. O autor fundamenta seu ponto de vista argumentando haver línguas em que a noção de número é definida por outros traços semânticos além de singular e plural, podendo também incluir aspectos como *dual*, *trial* etc.

Além disso, conforme Givón (1995), uma mesma estrutura pode ser marcada num contexto e não marcada em outro; vista assim, a marcação é um fenômeno dependente do contexto, devendo, portanto, ser explicada com base em fatores comunicativos, socioculturais, cognitivos ou biológicos.

Relacionada à marcação e também calcada na cognição, a *contrastividade* refere-se à opção do falante em selecionar um item dentre um conjunto de itens possíveis, conferindo-lhe realce e distinguindo-o de todos os demais, com o fim de despertar a atenção do interlocutor. Para marcar linguisticamente essa seleção, o falante recorre a certos mecanismos de relevo, tais como o traço prosódico, a ruptura com a forma convencional de ordenação sintática, entre outros. Isso representa, em certa medida, uma quebra de expectativa. Chafe (1976) afirma que, em muitas orações contrastivas, o emissor de fato contradiz uma suposição de seu receptor.

O anúncio a seguir ilustra bem essa categoria.

(2) Aqui tem muito mais gente conectada.

A Vivo tem a maior comunidade de clientes do Brasil porque investe mais.

Aqui você tem a maior cobertura 3G Plus e a melhor qualidade de sinal.

Se você já é cliente, aproveite. Se ainda não é, venha ser Vivo.

(Propaganda da Vivo publicada na *Veja*, edição 2284, 29 ago. 2012)

O emprego do locativo **aqui**, na propaganda, serve para contrapor a qualidade do serviço de uma prestadora de telefonia móvel à qualidade do serviço de outras operadoras. E é justamente nesse contraste que se sustenta o anúncio: enfatiza-se que, na operadora anunciante, em oposição ao que acontece em outras, há mais vantagens, daí a maior quantidade de clientes.

3.3 Informatividade e perspectivação

O conceito de *informatividade* refere-se ao conteúdo informacional que os interlocutores compartilham, ou supõem compartilhar, no momento da interação verbal. Em função desse conhecimento (supostamente) partilhado, o locutor não apenas procura dosar o conteúdo informacional para seu interlocutor mas também se esforça em monitorar/orientar o ponto de vista deste, visando atingir determinado(s) objetivo(s). Para isso, conta tanto com o aparato linguístico (léxico-gramatical), em suas múltiplas possibilidades de organização e codificação textual (GIVÓN, 2001), quanto com recursos extralinguísticos (gestos, expressões, dados do contexto interacional).

Chafe (1987) trata da informatividade com base no fluxo da informação, o qual, segundo o autor, relaciona-se, sobretudo, ao modo como o falante organiza o conteúdo no discurso, levando em conta o grau de acessibilidade do interlocutor à informação veiculada. Nesse sentido, tanto a ordenação dos elementos na cláusula quanto a sua codificação dependem da avaliação do falante/escrevente acerca do estado de ativação do conhecimento na mente de seu interlocutor. Isso explica, por exemplo, a opção pelo uso de um nome pleno ou um pronome, uma forma definida ou indefinida, acentuada ou atenuada etc., de acordo com a informação que o locutor supõe estar acessível ou não a seu interlocutor na interação. É o

que ocorre com os elementos em negrito em (3).

(3) *Filho de policiais é assassinado na Linha Amarela*

De acordo com a Divisão de Homicídios (DH), testemunhas contaram que **uma moto** não identificada emparelhou e **o carona** efetuou disparos contra a Captiva preta, placa LLH-9866, por volta das 21h. Rafael que dirigia o carro estava sozinho no veículo. Após ser atingido, **ele** colidiu com o carro. **A vítima** foi socorrida no Hospital Federal de Bonsucesso, mas não resistiu. **O tiro** fatal teria acertado a virilha dele. **Os bandidos** fugiram. (*O Dia*, disponível em: <http://odia.ig.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2012).

Nesse trecho, a codificação dos elementos referenciais pelos SN em destaque reflete seu *status* informacional. *Uma moto* é codificada como um SN pleno indefinido por introduzir informação nova no texto; *o carona*, SN pleno definido, por sua vez, está implicado na conceitualização de *moto*; *ele* e a *vítima* retomam *Rafael* e são expressos, respectivamente, por pronome e SN definido, uma vez que constituem informação dada; o tiro, codificado como SN definido, recupera disparos, por correlação de equivalência semântica; *os bandidos*, inferível com base no *frame* de assalto, refere-se ao carona e ao piloto da moto (não mencionado no texto).

Os estudos clássicos sobre informatividade circunscrevem-se ao estatuto informacional do SN, classificando-o em *dado* (ou *velho*) e *novo* e as categorias intermediárias *inferível* e *disponível*. Essas categorias correspondem à avaliação que o locutor faz do estado de ativação dos elementos referenciais na memória do interlocutor.

Associada à informatividade, a *perspectivação* vincula-se ao direcionamento da atenção sobre um evento referencial; isto é, tem a ver com a focalização de aspectos específicos de uma cena (TOMASELLO, 1998). Nesse sentido, ao relatar um determinado evento ou descrever uma dada situação, o usuário da língua escolhe um elemento particular como o ponto de vista a partir do qual esse evento/situação é comunicado/a. É o que ocorre, por exemplo, no título das manchetes em (4) e (5), nas quais se noticia a saída do técnico do Santos.

- (4) Muricy Ramalho deixa o comando do Santos após dois anos de trabalho
(Esporte Uol, disponível em: <http://esporte.uol.com.br>.
Acesso em: 31 mai. 2013)
- 5) **Santos anuncia a demissão do técnico Muricy Ramalho**
(R7 Esportes, disponível em: <http://esportes.r7.com>.
Acesso em: 31 mai. 2013)

No primeiro caso, além de a atenção focal ser mapeada em Muricy Ramalho, com menor atenção no restante da informação, destaca-se o fato de ele sair do comando do time. Já em (5), a atenção volta-se para o time, a quem coube dispensar o técnico, enquanto o restante fica menos saliente em termos cognitivos.

3.4 Categorização e prototipicidade

A categorização é um processo cognitivo de domínio geral no sentido de que categorias perceptuais de vários tipos são criadas a partir da experiência humana, independente da língua. No domínio linguístico, a categorização diz respeito à semelhança ou identidade que ocorre quando palavras e sintagmas e suas partes componentes são reconhecidas e associadas a representações armazenadas. As categorias resultantes são a base do sistema linguístico, sejam fonemas, morfemas, itens lexicais, sintagmas ou construções (BYBEE, 2010).

Lakoff e Johnson (1999) afirmam que nosso sistema conceitual é alicerçado e estruturado por um vasto conjunto de padrões recorrentes de interações perceptuais. As estruturas dessas interações formulam a compreensão de domínios conceituais mais abstratos.

Nessa perspectiva, a construção de conceitos relaciona-se às experiências do ser humano no ambiente biofísico e sociocultural e são esses conceitos que nos permitem caracterizar mentalmente as categorias e raciocinar sobre elas. Cada categoria é conceitualizada em termos do representante prototípico, aquele que reúne os traços recorrentes de que se compõe essa categoria. Dessa forma, a classificação dá-se por meio do elemento que exemplifica o protótipo, enquanto os outros elementos são classificados considerando as características mais próximas e as mais

distantes em relação ao exemplar prototípico. Essa perspectiva não linear/categórica e não discreta permite o tratamento escalar e contínuo de aspectos gramaticais.

Segundo Rosch (1973), a prototipicidade é possivelmente uma consequência de propriedades inerentes da percepção humana, como a saliência cognitiva. Cada protótipo nos possibilita realizar um conjunto de tarefas inferenciais ou imaginativas sobre uma dada categoria. Esse processo envolve tanto a gradualidade (não discretude) quanto a fixidez de determinados traços ou propriedades.

Significa que, ao invés de serem definidas, em termos binários e discretos, as coisas percebidas distribuem-se num *continuum* categorial, em que alguns elementos localizam-se mais nos polos da escala, com propriedades conceituais mais ou menos bem definidas, e outros se situam em instâncias intermediárias, por compartilharem características de uma e outra categoria.

Um exemplo disso pode ser dado com relação à categoria *mamífero*: pela nossa experiência, não há dificuldades em classificar um *gato* ou um *leão* como pertencentes a tal categoria, por exibirem um conjunto de propriedades (morfologia e hábitos) que nos permitem enquadrá-los nessa classe. Nesse caso, representam, convencionalmente, protótipos (membros centrais) dessa categoria. Já em relação a animais como *peixe-boi* ou *morcego*, eles não são facilmente apontados como sendo também participantes da mesma categoria, visto que, perceptualmente, afastam-se desse modelo, situando-se num ponto mais periférico, em razão de apresentarem características que, normalmente, não são associadas aos mamíferos, tais como possuir nadadeiras e viver na água (no caso do peixe-boi) ou ter asas e ser voador (no caso do morcego).

A categorização permeia nossa relação com o mundo físico e social e com nosso intelecto. Entendemos o mundo não apenas em termos de coisas individuais, mas também em termos de *categorias de coisas*. E isso se dá também no domínio linguístico: do mesmo modo que categorizamos o universo biofísico e sociocultural, categorizamos a língua. Tomemos como exemplo a categoria transitividade e as orações destacadas em (6) e (7).

- (6) *Ladrões explodem caixa eletrônico e agência fica totalmente destruída*
Ladrões explodiram uma agência bancária localizada em Ouro Verde do Oeste. Os suspeitos ainda efetuaram disparos de arma de fogo para intimidar moradores das proximidades. O caso aconteceu na madrugada deste sábado (18). O impacto foi tão violento, que estilhaços foram lançados a mais de 30 metros do local. A parte interna da agência ficou completamente destruída e até o momento não foi confirmado se os ladrões conseguiram levar algum valor. (Banda B, disponível em: <http://www.bandab.com.br>. Acesso em: 31 mai. 2013)
- (7) *Dólar fecha no maior nível desde 2009, apesar da intervenção do Banco Central*
 Apesar da intervenção do Banco Central, o dólar à vista – referência para as negociações no mercado financeiro – fechou essa sexta-feira (31) em alta de 1,3% em relação ao real, cotado em R\$ 2,137 na venda. É a maior cotação de fechamento desde 5 de maio de 2009, quando ficou em R\$ 2,153. (Folha de São Paulo, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 31 mai. 2013)

Na perspectiva da linguística funcional, o evento transitivo prototípico corresponde àquele em que um sujeito humano intencional provoca uma mudança perceptível de estado ou de localização em um paciente inanimado. Assim sendo, a oração sublinhada em (6) reúne essas propriedades: sujeito humano volitivo (ladrões) que causa mudança de estado físico (destruição) em objeto paciente inanimado (caixa eletrônico). Representa, portanto, um caso de oração transitiva prototípica. Já o evento codificado pela oração destacada em (7) afasta-se do protótipo no sentido de que o sujeito (o dólar) não é humano, nem intencional, o verbo não indica ação (**fechar**, na acepção de “encerrar cotação”) e não há objeto.

3.5 Plano discursivo e saliência perceptual

A noção de plano discursivo refere-se à organização estrutural do texto e compreende as dimensões de figura e fundo, cuja formulação original se deve à Gestalt. Essas dimensões relacionam-se à percepção e à cognição: as entidades que aparecem em primeiro plano (ou seja, as mais salientes) são percebidas com mais nitidez e facilidade, enquanto as que se encontram fora de destaque são menos aparentes e perceptíveis. Em termos de discurso, essa distinção equivale à oposição entre central e periférico.

Givón (1995) relaciona a distinção entre figura e fundo ao critério de *frequência* da marcação. Para ele, o elemento marcado, por ser menos frequente e, portanto, com maior relevo perceptual, relaciona-se à figura. Em contrapartida, aquilo que é textualmente mais abundante representa o fundo, constituindo o caso não marcado.

Nos trabalhos linguísticos, a categoria plano foi utilizada, a princípio, no estudo de narrativas, em que se buscava identificar a oposição entre as sequências de movimento (a figura) e as estáticas (o fundo). Hopper (1979), por exemplo, confirma a relação figura/fundo fazendo a distinção entre os eventos dinâmicos, sobre os quais recaem o foco narrativo e os quais são responsáveis pela progressão sequencial do enredo, e as situações caracterizadas por observações e comentários do narrador, as quais constituem o fundo, ou estruturas de segunda ordem. Uma das particularidades interessantes nesse estudo é a relação que o autor faz entre essa categoria e as noções de perfectividade (identificada com a figura) e imperfectividade (representante do pano de fundo). O fragmento em (8) ilustra essa oposição.

- (8) Esta estória que eu vou contar aconteceu com um colega de trabalho. Ele era “boy” na firma que eu trabalho, e tinha sempre o costume de chegar cedo no serviço. **Um belo dia, notamos a falta dele**, pois já passava das 10 h. e ele não havia chegado. E visto ele ter o costume de chegar cedo, **começamos a ficar preocupados. Porém, por volta das 11 h. finalmente ele chegou**, mas hesitou em dizer o motivo do seu atraso. Entretanto, tínhamos uma amiga de nome Adriana, que trabalhava conosco, na qual era muito achegada

a ele. De modo, que timidamente, **ele se aproximou dela e disse: “Adriana, cai da barca!” Nisso todos morreram de rir ao saber do motivo do seu atraso.** (*Corpus D&G/ Niterói, ensino médio, língua escrita*).

Na amostra (8), os trechos em negrito correspondem à sequência temporal dos eventos narrados, ou seja, à figura, ao passo que as demais porções contextualizam o episódio, isto é, o fundo.

Martelotta (1998), entretanto, extrapolando o domínio da narrativa, testa a possibilidade de aplicação desses conceitos em outros tipos de estruturas textuais, demonstrando que as noções de figura e fundo também podem ser extremamente úteis na análise de textos descritivos, procedurais ou opinativos. Esse autor mostra, por exemplo, que um trecho narrativo dentro de um contexto maior não narrativo assume o papel de fundo, pois, nesse caso, está em posição secundária em relação ao foco central do texto, servindo como elemento extensivo das informações de nível mais alto às quais se subordina.

Ainda uma observação que precisa ser destacada é que, em situações como essas, a sequência narrativa que se acha em segundo plano pode apresentar-se, ao mesmo tempo, como figura em relação a outra não-narrativa de nível mais inferior. Como ilustração, observe-se o seguinte fragmento textual:

(9) ... há pouco tempo atrás houve dois casos que fez com que ressuscitasse a polêmica da pena de morte no Brasil... foi o assassinato da Dan/ da atriz Daniela Perez e de uma menina que foi seqüestrada e depois queimada... as pessoas... pela emoção... achavam que deveria ser implantado a pena de morte... mas cada caso é um caso... (*Corpus D&G/Natal, p. 313*).

Essa parte representa um relato encaixado num contexto maior, cujo tema central apoia-se na opinião do informante sobre a pena de morte. Nesse caso, a sequência narrativa encontra-se num plano inferior (de fundo) em relação ao foco principal do texto. Contudo, essa mesma sequência

sobressai-se como figura quando comparada ao trecho em que o falante faz o esclarecimento quanto à opinião das pessoas acerca dos acontecimentos narrados. Este, portanto, constitui-se notoriamente um comentário à parte, de nível secundário (isto é, com grau de saliência menor), em relação àquela.

Sendo assim, o caráter aparentemente binário dessa categoria analítica necessita também ser concebido dentro de parâmetros escalares, a fim de cobrir os níveis intermediários de saliência com que se distribuem os feixes informativos nos variados tipos de estruturas textuais. Essa escala poderia oscilar entre -/+figura ou -/+fundo, dependendo da ótica de análise e do ambiente discursivo-textual em foco.

3.6 Projeções metafóricas e metonímicas

Numa abordagem centrada no uso, é fundamental considerar os mapeamentos cognitivos que se operam por meio de processos metafóricos e metonímicos com vistas a dar conta de diferentes fenômenos sob análise. Para essa perspectiva teórica, a *metáfora* representa um caso de operações entre domínios cognitivo-conceituais, imprescindível no processamento mental e no intercâmbio de significação comunicativa.

Lakoff e Johnson (1999) assinalam que, nas metáforas comuns do uso cotidiano, ocorrem mapeamentos entre domínios conceituais, em que determinadas noções de um domínio são projetadas em outro. Ou seja, um conceito é formulado em termos de outro pelo fato de compartilharem alguma(s) correspondência(s) conceitual(is).

Consideremos, para exemplificação, o anúncio a seguir.

(10) **Bem levinhas**

Assim são as parcelas para você assinar as revistas Abril.

Assine já.

(Propaganda da editora Abril. *Veja*, 29 ago. 2012)

Para fazer a interpretação adequada da expressão “bem levinhas”, que alude ao valor das parcelas mensais da assinatura das revistas, o leitor precisa ativar (e correlacionar) conhecimentos de dois domínios distintos (o das medidas de massa, mais relacionado à experiência física; e o do preço de bens e serviços, mais ligado à convencionalização decorrente das relações sociais, particularmente transações comerciais). Desse modo, o leitor, por

meio do mapeamento desses dois domínios, chega ao entendimento de que o valor da parcela é pequeno/ baixo (“levinho”), o que pode fazê-lo adquirir o produto anunciado (propósito último da propaganda).

Na LFCU, a metáfora desempenha papel importante na gramaticalização, no sentido de licenciar, mediante o processo de inferênciação, o uso de um dado conceito de base mais concreta (em geral, designado por um item lexical), vinculado a alguma experiência sensório-motora, num contexto de significação mais abstrata, o qual passa a assumir certa função gramatical (SWEETSER, 1990; HEINE et al., 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 2003). Dadas a frequência e a produtividade com que tal uso se manifesta na comunicação cotidiana, opera-se um novo arranjo conceitual – e formal – que resulta, possivelmente, na fixação de uma nova construção gramatical.

Quanto à *metonímia*, ela é um componente básico do nosso aparato racional, ou seja, do nosso sistema cognitivo. É focalizada como uma questão de conceitualização, no sentido de que, em parte, responde pelo processamento de determinadas formações conceituais.

Segundo Lakoff e Turner (1989), a metonímia constitui um mapeamento dentro de um mesmo domínio conceitual, de modo que uma entidade de um domínio pode ser utilizada para se reportar a uma outra entidade desse mesmo domínio.

Para a LFCU, a metonímia desempenha papel fundamental no que se refere ao processo de reanálise, decorrente da contiguidade e associação conceituais entre os componentes linguísticos no curso da fala. Juntamente com a analogia, a reanálise fornece base para a configuração de novos padrões gramaticais. Em (11), há uma situação que ilustra bem esse processo.

- (11) No Banco do Brasil, **sua empresa tem crédito na mão**.
(Propaganda do Banco do Brasil. *Veja*, 29 ago. 2012)

É possível compreender, com base no texto da propaganda apresentada em (12), que o Banco disponibiliza recurso financeiro (crédito) a empresários (donos de empresa). Ou seja, os empresários têm acesso ao dinheiro para realizar seus negócios (daí “crédito na mão”). Essa compreensão é permitida pela proximidade conceitual (contiguidade) entre os elementos linguísticos empregados (empresa, crédito, mão) e os termos

ou ideias a que eles remetem/ dão acesso (empresário, recurso financeiro, posse).

As projeções metonímicas implicam uma transferência semântica que se dá pela relação de contiguidade conceitual entre os elementos no mundo biofísico e social. No ambiente linguístico, essa contiguidade ocorre na linearidade da cadeia sintagmática e relaciona-se à interdependência morfossintática entre as entidades envolvidas.

O domínio da negação no português do Brasil apresenta um caso de reorganização metonímica (FURTADO DA CUNHA, 2000). É comum, em orações negativas, o acréscimo de um *não* pós-verbal, originalmente introduzido como um elemento de reforço opcional, conforme ocorre em (12).

- (12) .. foi aí que eu fui ao... a um alergista... aí ele disse... “ah você tem que se mudar do ambiente que você tá... que passa muito ônibus... é muito... poluído... mude pra um ambiente mais limpo... porque **sua rinite num tá muito boa não**” ...
(*Corpus D&G/Natal*, p. 364)

À medida que a frequência de uso desse padrão aumenta, o marcador pós-verbal perde sua natureza enfática e se torna regular. Assim, a negativa dupla deixa de ser um modo “inesperado” de reforçar um ponto discursivo e começa a ser interpretada como o modo “normal” de procedimento. Via abdução, o falante cristaliza – ou gramaticaliza – o segundo *não* como parte da própria estrutura negativa. Temos, então, estágios sucessivos de reanálise para as construções negativas, em um processo contínuo de mudança na atribuição de fronteiras (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), como se vê a seguir:

[*não* + SV] *não*] > [*não* + SV + *não*] > *não* [SV + *não*] > [SV + *não*]

Metáfora e metonímia constituem, portanto, processos que permeiam os fenômenos de mudança linguística, envolvendo, no primeiro caso, a analogia e, no segundo, a reanálise.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, de acordo com a LFCU, a gramática é o resultado da estruturação de fatores cognitivos e comunicativos da língua (TRAUGOTT,

2004). Sendo assim, ela é constituída tanto de padrões regulares no nível dos sons, das palavras e de unidades maiores, como os sintagmas e as orações, quanto de formas emergentes, em decorrência da atuação desses fatores.

Para essa linha de pesquisa, fatores sócio-cognitivos entram em ação no processamento das orações no discurso. Sendo assim, destacamos a importância da utilização de informações contextuais na criação e interpretação dessas orações, o que também implica uma visão adaptativo-funcional do sistema linguístico que serve de base à comunicação verbal. Nesse sentido, acolhemos uma concepção de gramática emergente, que reflete a criatividade humana para encontrar a forma ótima e expressiva de comunicação em diferentes situações interacionais. Essa postura leva à visão das orações possíveis de uma língua como não sendo resultantes da união lógica de palavras que, juntas, formariam um sentido composicional, mas como construções, que não podem ser compreendidas a partir da soma dos sentidos dos elementos que as compõem.

Uma vez que a LFCU reconhece o estatuto fundamental das funções da língua na descrição de suas formas, cada entidade linguística deve ser definida com relação ao papel que ela desempenha nos processos reais de comunicação. Em razão disso, procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala e/ou de escrita, inseridos em contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases criadas *ad hoc*, dissociadas de sua função no ato comunicativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, J. *et al. The evolution of grammar: tense aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CHAFE, W. L. Cognitive constraints on information. In: TOMLIN, R. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987, p. 21-51.

_____. Giviness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view. In: LI, C. N. (ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 25-55.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. *Typology and universals*. Cambridge, United Kingdom: CUP, 1990.

FURTADO DA CUNHA, M. A. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo-funcional). In: SOUZA, M. M. et al. (Orgs.). *Sintaxe em foco*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

_____. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *D.E.L.T.A.*, v. 17, p. 1-30, 2001.

_____. A negação no português: uma perspectiva pancrônica. In: _____. *Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista*. Natal, RN: EDUFRN, 2000. p. 11-48.

_____. *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal, RN: EDUFRN, 1998.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta (no prelo)*.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2007.

GIVÓN, T. *Sintaxe: an introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. II. Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. I. New York: Academic Press, 1984.

_____. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HEINE B. et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: UCP, 1991.

HOPPER, P. J. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. (ed.). *Syntax and semantics* v. 12. Discourse and syntax. New York: Academic Press, 1979.

_____.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____.; *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago/ London: UCP, 1989.

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Figura e fundo: uma proposta prática de análise*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (reprod.).

ÖSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (Eds.). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2005.

ROSCH, E. H. Natural categories. *Cognitive Psychology* 4: 328–50, 1973.

SLOBIN, D. I. *Psicolinguística*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1980.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1990.

TAYLOR, J. R. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language*, v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

_____. (Ed.) *The new psychology of language*, v. 1. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, E. C. Exaptation and grammaticalization. In: AKIMOTO, M. (Ed.). *Linguistics studies based on corpora*. Tokyo: Hituzi Syobo Publishing Company, 2004.

VOTRE, S. J. Continuidade e mudança na língua portuguesa do Brasil. In: BASTOS, N. B. (org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC/EDUC, 2002, p. 135-152.